

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
Secretaria de Controle Interno

ATA DA 35ª REUNIÃO - CTCI

1. Informações Gerais:

Unidade: Data: Horário: Local:
SCI 10/10/2013 9h às 18h TRF5 - Sala de reuniões da Presidência

Participante:	Unidade:	Contato:
Eduardo de Seixas Scozziero	SCI/CJF	(61) 3022-7101
Rafael de Figueiredo Santos	SCI/CJF	(61) 3022-7110
Débora Cristina Jardim Vaz	SCI/CJF	(61) 3022-7121
Lany Maciel Lima	SCI/CJF	(61) 3022-7103
Maria de Fátima Gonçalves Lessa	SCI/TRF 2	(21) 3261-8069
Marcos Vinícios Carvalho Dias	SCI/TRF 3	(11) 3012-1508
Wolfgang Striebel	SCI/TRF 4	(51) 3213-3051
Sídia Maria Porto Lima	SCI/TRF 5	(81) 3425-9128

Convidado:	Unidade:	Contato:
Não há		

2. Objetivos da Reunião:

- Deliberações do Comitê Técnico de Controle Interno - CTCI

3. Pendências (reuniões anteriores):

- Não há

4. Pauta:

Item:	Assunto:
	Abertura da reunião e aprovação da Ata da 34ª Reunião CTCI
4.1	Serviços extraordinários
4.2	Indenização de férias aos magistrados
4.3	Plano Plurianual de Auditoria (Res. 171 CNJ)
4.4	Alterações no Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF
4.5	Setorial Contábil (enfoque no “Projeto de Auditoria Financeira”, abordado no IV Seminário de Prestação de Contas do Governo Federal, projeto financiado pelo Banco Mundial e coordenado pelo TCU)
4.6	Ações de capacitação ofertadas pelo CNJ
4.7	Ações de capacitação a serem desenvolvidas no âmbito da JF (CJF)
4.8	Ações coordenadas do CNJ para 2014
4.9	Trabalhos conjuntos no âmbito do Sistema de Controle Interno da JF para 2014
4.10	Auditoria de passivos:
4.10.1	Apresentação dos primeiros números de cada regional
4.10.2	Apresentação da forma de condução dos trabalhos e dificuldades enfrentadas por cada Regional
4.10.3	Definição do posicionamento sobre a compensação de valores e parcelas prescritas para esse fim

- 4.11 Apresentação e aprovação do calendário 2014 para as atividades que dependem de instrução dos diversos órgãos (prestação de contas, BB e CEF, ações conjuntas, treinamentos, encontros do CTCL, etc.)

5. Deliberações:

Item: Assunto:

O Sr. Eduardo, Secretário de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal procedeu à abertura da 35ª Reunião do Comitê Técnico de Controle Interno, com ausência justificada de representante do TRF1. Ato contínuo, tratou da Ata da 34ª Reunião que, sem ressalvas, foi aprovada pelos presentes. Antes de dar início à discussão dos temas pautados, o Sr. Eduardo comentou sobre a necessidade de compromisso com os cursos oferecidos na modalidade Educação a Distância – EAD. Insistiu que não se percam as oportunidades de fazê-los e falou das desistências, informando que se não houver interesse, ficará a cargo dos regionais a elaboração dos próprios cursos.

5.1 Serviços extraordinários:

Questionados sobre os controles de ponto para serviços extraordinários, os representantes informaram sobre a regulamentação existente e seu funcionamento em cada tribunal. Na discussão do tema, foram abordadas questões como a forma de controle de ponto, autorização para realização de serviço extraordinário, bem como a realização de hora extra por ocupantes de CJ. O Sr. Marcos Vinícios, representante do TRF3, informou que existe discordância entre a Resolução CJF n. 4 e a Resolução CNJ n. 88/2009, quanto ao início do pagamento das horas extras. O Sr. Eduardo disse que será verificada essa situação.

Serviço eleitoral:

A Srª Sídia trouxe ao grupo a dificuldade de gerir as dispensas ocasionadas pela prestação de serviço eleitoral. Foram abordados aspectos como a falta de regulamentação interna da matéria, no que toca à conveniência e oportunidade ao gozo do direito ao descanso remunerado e possível prescrição.

5.2 Indenização de férias aos magistrados:

O Sr. Eduardo iniciou mencionando possíveis inconsistências no texto da Resolução CJF n. 224. Fez levantamento do tema nos TRF's e procedeu a leitura de parte da Resolução CJF n. 130/2010, em seu artigo 6º, §1º e especialmente o §4º do artigo 16. Problema reconhecido por todos, ficou decidido que o Sr. Eduardo elaborará uma proposta de alteração do citado normativo.

5.3 Plano Plurianual de Auditoria (Res. 171 CNJ):

Questionou-se quanto ao período quadrienal do Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, estabelecido no artigo 9º da Resolução CNJ n. 171, de 1º de março de 2013. A elaboração será programática, passível de revisão, demonstrando as atuais intenções de atuação e a prospecção para o período.

5.4 Alterações no Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF:

O Sr. Eduardo informou que será feita uma revisão com base no que foi levantado nos tribunais regionais federais.

5.5 Setorial Contábil:

O Sr. Eduardo informou que a Subsecretária de Auditoria da SCI/CJF, Sr^a Angelita, participou do IV Seminário de Prestação de Contas do Governo Federal, em que um dos temas abordados pelo auditor do TCU, Sr. Tiago, foi “Projeto de Auditoria Financeira” e que será marcada uma videoconferência com membros da Justiça Federal para tratar do assunto. Na palestra, o professor fez alusão à incompatibilidade entre a atuação da SCI e as atribuições de setorial contábil. Abordou-se a dificuldade enfrentada na Justiça Federal, eis que algumas unidades orçamentárias executam o orçamento, o que prejudica a necessária segregação de funções entre as atividades.

5.6 Ações de capacitação ofertadas pelo CNJ

O Sr. Eduardo questionou quanto à facilidade/dificuldade de participação nos cursos de capacitação presenciais. O Sr. Wolfgang sugeriu que esses sejam regionalizados – polos de capacitação.

Foi apresentado o quadro abaixo contendo os cursos de interesse da Justiça Federal, elaborado de acordo com as informações recebidas dos TRF's e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao e-mail da SCI/CNJ, de 30 de setembro de 2013.

Demandas de treinamento da Justiça Federal:

CURSO:		ÓRGÃO:	CJF	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5	TOTAIS
1	Curso Auditoria da Folha de Pagamento (presencial)		7	12	5	5	5	8	42
2	Curso Auditoria de Obras (presencial)		6	6	5	5	3	7	32
3	Curso Auditoria de Orçamento de Obras (presencial)		1	6	5	6	3	2	23
4	Curso Avaliação de Controles Internos (presencial)		5	4	5	5	0	0	19
5	Curso Mapeamento de processos de trabalho como ferramenta de controle para identificar riscos (presencial)		9	6	5	5	3	2	30
6	Curso Gestão de Riscos (presencial)		9	5	5	8	3	2	32
7	Curso Auditoria Governamental (à distância)		5	2	5	10	5	7	34

- 5.7 Ações de capacitação a serem desenvolvidas no âmbito da JF (CJF):
O Sr. Eduardo questionou qual seria a melhor abordagem para essas ações. Foram sugeridos temas como: Balanced Scorecard, Sustentabilidade nas contratações, Gestão de riscos. Restou escolhido o tema: Balanced Scorecard por ser uma técnica voltada para a integração e balanceamento do rol de indicadores de desempenho existentes, sejam financeiros, administrativos e até os relativos aos processos internos, estabelecendo objetivos da qualidade (indicadores) para funções e níveis relevantes dentro da organização, ou seja, desdobramento dos indicadores corporativos em setores, com metas claramente definidas, estando ainda ligado à missão, visão, planejamento estratégico e mapa da instituição.
- 5.8 Ações coordenadas do CNJ para 2014:
O Sr. Eduardo informou que foi prevista apenas uma ação coordenada pelo CNJ para o ano de 2014. Esta terá como tema a aderência dos tribunais ao modelo de contratação de TI a ser lançado pelo CNJ.
- 5.9 Trabalhos conjuntos no âmbito do Sistema de Controle Interno da JF para 2014:
O Sr. Eduardo propôs que a Justiça Federal realize ações integradas (coordenadas) de temas relevantes ao longo de 2014. Estas seriam divididas de forma que cada órgão ficasse responsável pelo planejamento e elaboração dos papéis de trabalho de um tema. Considerando ser a primeira vez que se realiza trabalho dessa ordem, de forma planejada no âmbito da JF, deliberou-se que as avaliações terão por instrumento a aplicação de matrizes e questionários que serão consolidados pelo CJF. Ficou acertado que as sugestões de assuntos serão encaminhadas para a SCI/CJF até **30 de outubro de 2013** para que tudo esteja pronto até 10 de novembro.
- 5.10 Auditoria de passivos:
- 5.10.1 Apresentação dos primeiros números de cada regional;
 - 5.10.2 Apresentação da forma de condução dos trabalhos e dificuldades enfrentadas por cada Regional;
 - 5.10.3 Definição do posicionamento sobre a compensação de valores e parcelas prescritas para esse fim.

Foi abordada a dificuldade operacional dessa auditoria e apresentadas as planilhas consolidadas. O Sr. Eduardo falou da compensação dos valores recebidos a maior e do recebimento de boa fé. Levantou-se a necessidade de se verificar possível prescrição em reaver os valores pagos a maior, a título de URV, e a priorização que deve haver no desenvolvimento de trabalho que abarque os pagamentos de VPNI.

- 5.11 Apresentação e aprovação do calendário 2014 para as atividades que dependem de instrução dos diversos órgãos (prestação de contas, BB e CEF, ações conjuntas, treinamentos, encontros do CTCI, etc.):
A Sr^a Débora apresentou o quadro abaixo e explicou que poderá haver pequena mudança nas datas, devido à reunião do CJF e levando-se em consideração a realização da copa.

CALENDÁRIO 2014

Atividade	Descrição	Normas que Regulamentam	Encaminhar para	Prazo
1 - Auditoria de Passivos da Justiça Federal.	- Validação dos dados referentes ao passivo URV pelos TRFs; - Preenchimento de planilhas relativas ao passivo VPNI e posterior validação.	- Acórdão 1485/2012-TCU-Plenário; - Portaria CF-POR-2012/00269.	- Ministro Presidente	2014: data a definir
2 – Envio dos Relatórios de Gestão , exercício de 2013, para exame de admissibilidade e posterior envio ao Tribunal de Contas da União – TCU.	- Os TRFs e o CJF encaminham os Relatórios de Gestão 2013 para exame de admissibilidade e, posterior envio ao TCU, via internet para atender ao processo de Prestação de Contas Anual, e via ofício para compor a Prestação de Contas do Governo da República.	- DN TCU 127/2012; - Portaria TCU 175/2013; - Art. 56 da LC 101/2000 (LRF); - Aviso TCU a ser recebido no final de novembro.	- SCI/CJF	10/3/2014
3 – Envio dos Processos de Contas Ordinária Anual dos TRFs, exercício de 2013, para exame de admissibilidade e conhecimento do Colegiado do CJF e posterior envio ao TCU.	- Os Processos de Contas dos TRFs serão encaminhados à SCI para exame de admissibilidade até o dia 2/6/2014. Posteriormente, serão enviados à SG para conhecimento do Colegiado (até o dia 20/6/2014). Após apreciação do Colegiado do CJF, a SCI encaminha os Processos de Contas do CJF e TRFs ao TCU até o dia 31/7/2014.	- Instrução Normativa TCU 63/2010; - Resolução TCU 234/2010 e Resolução TCU 244/2011.	- SCI/CJF	2/6/2014
4 - Envio do relatório da execução do plano anual e dos resultados alcançados dos Contratos BB/CEF , com parecer das unidades de controle interno dos TRFs.	- A Resolução CJF 74/2009 disciplina, no âmbito da Justiça Federal, a aplicação de recursos provenientes de contratos celebrados com instituições financeiras oficiais, e determina, em seu art. 8º, a apresentação de relatório consubstanciado da execução do plano anual e dos resultados alcançados, com parecer das unidades de controle interno dos TRFs e do CJF, anualmente, por ocasião da apreciação da Tomada de Contas.	- Art. 8º da Resolução CJF 74/2009.	- SCI/CJF	2/6/2014

Sem ressalvas, o calendário foi aprovado por todos.

A Srª Fátima – TRF2 – agradeceu e validou a realização da reunião do CTCl no TRF5. Reforçou a importância do rodízio entre os TRF's, para conhecimento da realidade de cada um.

O Sr. Eduardo agradeceu a receptividade da Srª Sídia – TRF5 e a presença de todos. Quanto à próxima reunião do CTCl, foi acordado que será realizada na primeira quinzena de fevereiro e que os temas deverão ser encaminhados com antecedência. A data e local serão acertados oportunamente.

6. Autenticação:

Participante:	Unidade:	Data:	Assinatura:
Eduardo de Seixas Scozziero	SCI/CJF	___/___/___	_____
Maria de Fátima Gonçalves Lessa	SCI/TRF 2	___/___/___	_____
Marcos Vinícios Carvalho Dias	SCI/TRF 3	___/___/___	_____
Wolfgang Striebel	SCI/TRF 4	___/___/___	_____
Sídia Maria Porto Lima	SCI/TRF 5	___/___/___	_____